DELIBERAÇÃO Nº061/2010

Autoriza a reformulação do Programa de Pós-graduação em Direito, Cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado, com áreas de concentração em Transformações do Direito Privado, Cidade e Sociedade; e Estado, Processo e Sociedade Internacional.

- O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso da competência que lhe atribui o parágrafo único do artigo 11 do Estatuto da UERJ, com base no Processo nº 10857/2010, aprovou e eu promulgo a seguinte Deliberação:
- **Art. 1º -** Fica autorizada a reformulação da Estrutura Curricular do Programa de Pós-Graduação em Direito Cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado, com áreas de concentração em Transformações do Direito Privado, Cidade e Sociedade; e Estado, Processo e Sociedade Internacional, a ser oferecido pela Faculdade de Direito, Unidade Acadêmica vinculada ao Centro de Ciências Sociais da UERJ.
- **Art. 2º -** O Programa de Pós-Graduação em Direito obedecerá ao disposto no Regulamento Específico, Anexo I da presente Deliberação, e no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação da UERJ, Deliberação nº 117/1985 e na Resolução CNE/CES nº 01/2001 que regulamenta os Programas de Pós-Graduação no Brasil.
- **Art. 3º** As estruturas curriculares dos Cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado em Direito obedecerão ao que discriminam os Anexos II, III, IV e V da presente Deliberação.
- **Art. 4º -** A presente Deliberação entra em vigor nesta data, revogadas a Deliberação nº 006/2010 e as disposições em contrário.

UERJ. 25 de novembro de 2010

RICARDO VIEIRALVES DE CASTRO **REITOR**



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

ANEXO I

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGDIR)

TÍTULO I DAS FINALIDADES

Art. 1º - O Programa de Pós-graduação em Direito (PPGDIR) da UERJ tem por finalidade formar docentes e pesquisadores altamente qualificados em suas Áreas de Concentração, a saber: a) Transformações do Direito Privado, Cidade e Sociedade; e b) Estado, Processo e Sociedade Internacional.

Parágrafo único - O PPGDIR constitui-se dos Cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado nas 2 (duas) áreas de concentração estabelecidas no *caput* deste artigo.

Art. 2º - O PPGDIR tem por objetivo:

- I desenvolver a pesquisa e o estudo aprofundado do Direito, a partir da abordagem humanística e interdisciplinar;
- II promover a crítica doutrinária, legislativa e jurisprudencial, mediante pesquisa e elaboração de trabalhos científicos;
- III incentivar, por intermédio de seminários e pesquisas integradas, a investigação e a iniciação científicas, também no âmbito de graduação;
- IV estimular a produção científica, seu intercâmbio e divulgação em instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, através de convênios, acordos e protocolos;
 - V formar docentes em Direito.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Art. 3º -** O PPGDIR será oferecido pela Faculdade de Direito, Unidade Acadêmica vinculada ao Centro de Ciências Sociais da UERJ, com a seguinte estruturação acadêmica:
- **§ 1º** A área de concentração Transformações do Direito Privado, Cidade e Sociedade apresenta 5 (cinco) linhas de pesquisa a saber:
 - 1) Direito da Cidade;



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

- 2) Direito Penal:
- 3) Direito Civil;
- 4) Empresa, Trabalho e Propriedade Intelectual;
- 5) Teoria e Filosofia do Direito.
- **§ 2° -** A área de concentração Estado, Processo e Sociedade Internacional apresenta 4 (quatro) linhas de pesquisa a saber:
 - 1) Direito Público;
 - 2) Direito Processual;
 - 3) Direito Internacional;
 - 4) Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento.
 - Art. 4º O PPGDIR será coordenado por um Colegiado constituído por:
 - 1 (um) Coordenador;
 - 1 (um) Vice-Coordenador;

Diretor da Faculdade de Direito;

- 9 (nove) representantes docentes, sendo um para cada linha de pesquisa;
- 1 (um) representante do corpo discente.
- **Art. 5º** O Coordenador e o Vice-Coordenador serão eleitos dentre os professores permanentes do PPGDIR, que pertençam ao quadro funcional ativo de docentes da UERJ, através de votação direta e secreta por todos os professores do Programa, com mandato de 4 (quatro) anos, sendo autorizada uma única reeleição consecutiva.
- **Art. 6º** Os representantes docentes das linhas de pesquisa e seus suplentes serão eleitos dentre os professores permanentes das respectivas áreas de concentração por linha de pesquisa, que pertençam ao quadro funcional ativo de docentes da UERJ, através de votação direta e secreta por todos os professores do Programa, para mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.
- **Art. 7º** O representante do corpo discente e seu suplente, com mandato de 1 (um) ano, não renovável, serão eleitos pelo corpo discente do PPGDIR dentre os alunos regularmente matriculados nos Cursos de mestrado ou doutorado, respectivamente, e que não estejam com as suas matrículas trancadas na data de eleição.
- **Art. 8º -** O resultado da Eleição do Colegiado do PPGDIR deverá ser homologado pelo Conselho Departamental da Faculdade de Direito.



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

Art. 9° - O Colegiado do Programa se reunirá por convocação do Coordenador do PPGDIR ou por solicitação da maioria absoluta de seus membros, observada a periodicidade mínima mensal para as convocações ordinárias.

Parágrafo único - O quórum mínimo para deliberação do Colegiado do PPGDIR será constituído pela maioria simples de seus membros.

Art. 10 - Compete ao Colegiado do PPGDIR:

- I.- apreciar e definir linhas de pesquisa, projetos a estas vinculados, projetos isolados e relatórios referentes a estes, desenvolvidos por seus docentes e discentes, para apreciação pelo Conselho Departamental da Faculdade de Direito;
- II.- aprovar e propor, para apreciação pelo Conselho Departamental da Faculdade de Direito, e posterior encaminhamento ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, a composição e alteração do corpo docente;
- III.- decidir sobre os pedidos de inscrição, de trancamento de matrícula, substituição de inscrição em disciplina, aproveitamento de créditos obtidos em disciplinas cursadas com aprovação em outros programas de pós-graduação, nacionais, quando recomendados pela Capes, e estrangeiros, ouvido o professor orientador;
 - IV homologar a indicação de professores orientadores e co-orientadores;
- V indicar Comissão Examinadora para seleção dos candidatos às áreas de concentração, definindo através da divulgação de edital, após aprovação pela Subreitoria de Pós-graduação e Pesquisa, as regras e o calendário da seleção, bem como as etapas que terão caráter eliminatório;
- VI homologar a comissão encarregada do exame de qualificação para o mestrado e para o doutorado;
- VII homologar os resultados do exame de seleção ao mestrado e ao doutorado e do exame de qualificação, apresentados pelas respectivas comissões;
 - VIII decidir sobre as concessões de bolsas de estudo;
 - IX aprovar os projetos de dissertação ou tese;
- X homologar a Comissão Examinadora de dissertações ou teses, ouvido o professor orientador;
 - XI homologar o resultado da defesa pública de dissertações e teses;
- XII.- elaborar relatório de execução de convênios e relatório anual dos Cursos de mestrado e doutorado;
- XIII.- elaborar e encaminhar ao PPGDIR propostas de alteração ao presente Regulamento.

Art. 11 - Compete ao Coordenador do PPGDIR:



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

- I controlar a distribuição de vagas no PPGDIR para fins de matrícula, orientar os candidatos nesta, e os alunos na inscrição em disciplinas por linha de pesquisa;
 - II coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas;
- III representar o Programa junto ao Conselho Departamental, aos Conselhos da Universidade e a outras instituições, quando convidado;
- IV executar as decisões do Colegiado do PPGDIR na forma e nos limites fixados por este Regulamento e pelas disposições legais em vigor;
- V decidir *ad referendum* do Colegiado do PPGDIR, em situação de urgência;
- VI indicar, mediante sugestão do aluno e anuência do professor, o orientador e co-orientador;
- VII efetuar o acompanhamento dos alunos bolsistas, inclusive emitindo parecer sobre cancelamento de bolsas e substituição de alunos bolsistas;
 - VIII propor ao Colegiado critérios para a concessão de bolsas de estudos;
 - IX. coordenar as atividades de pesquisa do Programa.
- **Art. 12** Compete ao Vice-Coordenador do PPGDIR substituir o Coordenador nas suas ausências e impedimentos e atuar nas matérias objeto de delegação pelo Coordenador.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

CAPÍTULO I - DO CORPO DOCENTE

Art. 13 - O corpo de docentes permanentes do PPGDIR será formado por professores doutores ou portadores do título de livre-docência reconhecido na forma da lei, pertencentes ao quadro funcional da UERJ ou a ele vinculados por bolsa de fixação de órgãos de fomento ou por contrato temporário. Pesquisadores vinculados a outras instituições nacionais ou estrangeiras, também portadores do título de Doutor ou de livre-docência reconhecido na forma da lei, poderão ser integrados ao corpo docente do PPGDIR como professores colaboradores ou visitantes com bolsa concedida para este fim por órgãos de fomento.

Parágrafo único - Será condição necessária para a integração ao corpo docente do PPGDIR a comprovação, por parte do professor, de dedicação à pesquisa e de produção científica relevante pelo período de 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à solicitação de credenciamento no PPGDIR.



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

Art. 14 - A indicação de professor para o PPGDIR será submetida à aprovação pelo Colegiado do PPGDIR e pelo Conselho Departamental da Faculdade de Direito, sendo encaminhada ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão pela Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UERJ.

CAPÍTULO II - DO PROFESSOR ORIENTADOR

- **Art. 15 -** Durante o Curso cada aluno terá seu desempenho acadêmico acompanhado por um professor orientador, designado na forma deste regulamento.
- **Art. 16 -** O professor orientador será indicado pelo Coordenador do PPGDIR até o término do segundo período letivo, mediante sugestão do aluno interessado e anuência do referido professor, sem prejuízo da vinculação entre a linha de pesquisa selecionada pelo aluno em seu plano de trabalho e o campo específico de conhecimento do orientador.
- **Parágrafo único -** A indicação do professor orientador estará sujeita à homologação pelo Colegiado do PPGDIR.
 - **Art. 17 -** São atribuições do professor orientador:
- I opinar sobre a inscrição, substituição e cancelamento de inscrição em disciplina e aproveitamento de créditos;
- II emitir parecer circunstanciado na hipótese de pretensão do aluno de cursar disciplinas de domínio conexo e/ou efetuar atividades e trabalhos acadêmicos em outros cursos de pós-graduação, nacionais ou estrangeiros;
- III. examinar e aprovar relatórios semestrais produzidos pelos mestrandos e doutorandos sob sua orientação;
- IV acompanhar o desempenho do aluno na orientação para a elaboração do projeto de dissertação ou tese e seu desenvolvimento, até a redação final.
- **Art. 18** O Colegiado do PPGDIR estabelecerá o número máximo de alunos que poderão ser orientados simultaneamente por um professor, considerando seu regime de carga horária e experiência, observadas as normas em vigor na UERJ.

CAPÍTULO III - DO CORPO DISCENTE

- **Art. 19 -** O corpo discente do PPGDIR será constituído de alunos regularmente matriculados nos Cursos de mestrado e de doutorado.
- **Art. 20 -** Será considerado aluno de disciplina isolada aquele que, matriculado em outro curso de pós-graduação *stricto sensu*, ou equivalente no exterior, se inscreva



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

e curse disciplina do PPGDIR com o fim de obtenção de créditos para o curso de origem.

- § 1º A inscrição para os fins previstos no *caput* deste artigo dependerá da disponibilidade de vagas na disciplina.
- **§ 2º** Os alunos de disciplina isolada no PPGDIR receberão declaração de frequência e nota no final do período, com indicação de aprovação ou reprovação.

CAPÍTULO IV - DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

- **Art. 21 -** Poderão inscrever-se no Curso de Mestrado os portadores de diploma de graduação em Direito e, no Curso de Doutorado, os portadores de diplomas de graduação em Direito e de Mestrado em Direito.
- **Parágrafo único -** Excepcionalmente, a critério do Colegiado do PPGDIR, poderão ser aceitas inscrições de candidatos portadores de diplomas em outras áreas de conhecimento com inserção nas linhas de pesquisa do PPGDIR.
 - Art. 22 Serão exigidos para inscrição no processo seletivo:
 - I requerimento ao Coordenador do PPGDIR em formulário próprio;
- II ficha de inscrição, contendo dados pessoais e indicação de idioma(s)
 para o exame de aptidão em língua estrangeira;
- III projeto de tese, no caso de inscrição ao processo seletivo ao Doutorado, em cinco vias, necessariamente adequado a uma das linhas de pesquisa do Curso;
- IV duas cartas de recomendação de profissionais, pesquisadores ou docentes, que atestem a idoneidade do candidato e sua inclinação para vida acadêmica, em formulário próprio;
- V cópia (frente e verso) do diploma de graduação plena em Direito para o
 Curso de Mestrado e do diploma de mestrado em Direito para o Curso de Doutorado,
 juntamente com cópias dos respectivos históricos escolares;
 - VI curriculum vitae com cópias das publicações;
 - VII cópia da carteira de identidade;
 - VIII cópia do CPF;
 - IX duas (2) fotografias 3x4 recentes;
 - X cumprimento dos demais requisitos contidos no Edital.
- § 1º Os documentos apresentados em cópia serão conferidos com o original no ato da matrícula dos candidatos aprovados e selecionados.



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

- § 2º A Coordenação do Curso regulará, por Edital de Seleção, a forma de inscrição no Mestrado e Doutorado.
- § 3° Caso a IES não tenha expedido o diploma de graduação a que faz jus o candidato na ocasião das inscrições ao processo seletivo para o Mestrado, será aceita declaração da IES indicando a data da conclusão do curso e da colação de grau.
- **§ 4°** Os candidatos na situação do parágrafo anterior deverão atender, se selecionados, à exigência da alínea V do *caput* deste artigo antes da entrega da versão preliminar da dissertação de Mestrado visando à defesa.
- § 5° Caso a IES não tenha expedido o diploma Mestre a que faz jus o candidato na ocasião das inscrições ao processo seletivo para o Doutorado, será aceita cópia da ata da defesa da dissertação de Mestrado, juntamente com a declaração de conclusão emitida pela IES de origem.
- **§** 6° Os candidatos na situação do parágrafo anterior deverão atender, se selecionados, à exigência da alínea V do *caput* deste artigo, no prazo máximo de 2 (dois) anos a contar da data do início das suas atividades no Curso.
- **Art. 23** Os candidatos serão submetidos a exame de seleção e classificados dentro do número de vagas fixado anualmente pelo Colegiado do PPGDIR, prioritariamente, segundo a disponibilidade de orientação do corpo docente e dos recursos existentes.
- **Parágrafo único -** O número de vagas anualmente oferecidas não excederá 12 (doze) para o Curso de Mestrado por linha de pesquisa, e 6 (seis) para o Curso de Doutorado, também por linha de pesquisa, e será divulgado no Edital de Seleção após aprovação pela Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa.
- **Art. 24 -** O exame de seleção constará de prova de aptidão em língua estrangeira, prova escrita, entrevista perante a Comissão de Seleção e submissão a esta de projeto de tese, no caso de inscrição no processo seletivo do Curso de Doutorado.
- **Art. 25** Os candidatos prestarão exame de aptidão em 1 (uma) língua estrangeira, no caso de admissão ao Mestrado, e em 2 (duas) para admissão no Doutorado.

Parágrafo único - O exame de aptidão em língua estrangeira conforme *caput* deste artigo será oferecido nos seguintes idiomas: francês, inglês, italiano e alemão, segundo livre escolha do candidato no ato da inscrição.



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

Art. 26 - Na prova escrita os candidatos deverão demonstrar conhecimento dos temas e da bibliografia indicados no Edital de Seleção, proficiência em língua portuguesa e capacidade de argumentação.

Parágrafo único - A prova escrita versará sobre temas relacionados às linhas de pesquisa em desenvolvimento e sobre a bibliografia previamente divulgada.

Art. 27 - A entrevista aferirá o interesse do candidato pela vida acadêmica, levando-se em conta sua produção científica e experiência profissional, avaliando-se o potencial do candidato para a pesquisa e estudos avançados.

TÍTULO IV DO REGIME ACADÊMICO

CAPÍTULO I - ESTRUTURA E DURAÇÃO DOS CURSOS

- **Art. 28 -** O PPGDIR, em conformidade com as linhas de pesquisa implantadas, obedecerá à estrutura curricular constante dos Anexos II, III, IV e V da presente Deliberação, sendo exigida a elaboração de dissertação para obtenção do título de Mestre, e de tese, com base em investigação original, para obtenção do título de Doutor em Direito na área de concentração cursada.
- **Art. 29 -** Os Cursos de Mestrado e Doutorado terão duração mínima de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses respectivamente, e duração máxima de 30 (trinta) e 48 (quarenta e oito) meses respectivamente, incluindo a elaboração, apresentação e defesa de dissertação ou de tese, a contar da data de início das atividades no Curso.
- § 1º Poderá ser concedido ao aluno o trancamento de matrícula por um período máximo de 6 (seis) meses para o Mestrado e 12 (doze) meses para o Doutorado, intercalados ou não, desde que este já tenha cumprido integralmente 1/3 (um terço) do total de créditos.
- § 2º O período de trancamento de matrícula será computado para fins de contagem do prazo máximo previsto no *caput* deste artigo para integralização do respectivo Curso.

CAPÍTULO II - DO REGIME DE CRÉDITOS

Art. 30 - A unidade básica para medida do trabalho acadêmico será o crédito, em conformidade com as normas em vigor na UERJ.

UERJ &

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 061/2010)

- **Art. 31 -** A estrutura curricular compõe-se de disciplinas e atividades obrigatórias e disciplinas eletivas para cada curso por área de concentração e linhas de pesquisa do PPGDIR.
- **Art. 32 -** O aluno, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre ou do título de Doutor, deverá integralizar um total mínimo de créditos assim distribuídos:

a) para título de Mestre:

	Número de Créditos	Carga horária
Disciplinas obrigatórias	24	360
Disciplinas eletivas	12	180
Estágio Docente I	4	60
Grupo de Pesquisa Institucional I	4	60
Seminário de Pesquisa e Orientação I	4	60
Total mínimo a cursar	48	720

b) para título de Doutor:

	Número de Créditos	Carga horária
Disciplinas obrigatórias	12	180
Disciplinas eletivas	24	360
Estágio Docente II e III	8	120
Grupo de Pesquisa Institucional II e III	8	120
Seminário de Pesquisa e Orientação II e III	8	120
Total mínimo a cursar	60	900

- **Art. 33 -** O aproveitamento de créditos de disciplina cursada pelo aluno em outro Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, conforme previsto neste regulamento, seja no país, seja no exterior, dependerá de:
 - a- requerimento nesse sentido por parte do aluno ao Colegiado do PPGDIR;
 - b- aprovação na disciplina cursada, em período inferior a 4 (quatro) anos contados retroativamente à data do requerimento;
 - c- no caso do curso ministrado no Brasil, ser o mesmo credenciado pelos órgãos competentes;



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

- d- no caso de curso ministrado no exterior, serem a instituição e o curso reconhecidos pelo Colegiado do PPGDIR, respectivamente, como idôneos e de real valor:
- e- parecer favorável do professor orientador, do professor cuja disciplina foi indicada como equivalente e do Coordenador do PPGDIR;
- f- deferimento por parte do Colegiado do PPGDIR.
- **Art. 34 -** Os créditos referentes às disciplinas obrigatórias não são passíveis de serem quitados como aproveitamento de outra disciplina cursada.
- **§ 1º** Uma disciplina obrigatória de mestrado pode servir como eletiva do doutorado, desde que a carga horária da disciplina cursada corresponda, no mínimo, a 70% da carga horária da disciplina dispensada, respeitadas as vinculações às áreas de concentração e linhas de pesquisa, quando houver.
- § 2º O aluno do mestrado e do doutorado poderá cursar uma disciplina vinculada a outra área de concentração ou linha de pesquisa como eletiva, desde que compatível com sua pesquisa e com aprovação do orientador.
- § 3º O estágio docente do mestrado não poderá ser quitado como estágio docente do doutorado.
- § 4º Para a integralização das disciplinas eletivas, o aluno poderá cursar uma única disciplina vinculada a outras linhas de pesquisa.

CAPÍTULO III - DA MATRÍCULA E DAS INSCRIÇÕES EM DISCIPLINAS

Art. 35 - Os candidatos selecionados deverão efetuar suas matrículas no Curso para o qual foram aprovados, no período definido no Edital de Seleção.

Parágrafo único - Os candidatos aprovados e selecionados, que não efetivarem suas matrículas no período definido no Edital de Seleção, serão eliminados do processo seletivo e poderá haver reclassificação, seguindo o calendário divulgado no Edital.

- **Art. 36 -** Em cada semestre letivo, o aluno deverá efetivar inscrição em disciplinas, de acordo com o calendário estabelecido pelo Colegiado do PPGDIR e com o plano individual de estudos, observando o calendário acadêmico divulgado pela Sub-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa.
- § 1º O aluno poderá solicitar cancelamento de inscrição em determinada disciplina, obrigatória ou eletiva, desde que não tenha sido ministrada mais de 15% da respectiva carga horária.



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

§ 2º - Após o limite estabelecido no parágrafo anterior, o aluno que abandonar a disciplina será considerado reprovado na mesma.

CAPÍTULO IV - DA VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO

- **Art. 37-** A avaliação do aproveitamento em cada disciplina, nos Cursos de Mestrado e Doutorado, será realizada pelo professor responsável, em decorrência do desempenho dos alunos traduzido, prioritariamente, em trabalhos monográficos, ao qual serão atribuídos graus de 0 (zero) a 10 (dez).
- § 1º Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem média final igual ou superior a 7 (sete).
- § 2º O aluno que for reprovado duas vezes na mesma disciplina será automaticamente desligado do Curso.
- § 3º A aprovação dependerá ainda da frequência igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

CAPÍTULO V - DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

- **Art. 38 -** A critério do Colegiado do PPGDIR, após a conclusão de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos créditos obrigatórios, havendo solicitação do orientador, o aluno será submetido ao Exame de Qualificação que o habilitará a desenvolver a dissertação ou a tese.
- § 1º O Exame de Qualificação realizado por comissão formada por 3 (três) professores do Curso, aprovada pelo Colegiado do PPGDIR, incluirá a apresentação e defesa do projeto de dissertação ou de tese.
- § 2º O resultado de cada exame deverá ser comunicado por escrito ao Colegiado do PPGDIR e ao aluno em formulário próprio.
- § 3º Ao aluno não aprovado no Exame de Qualificação poderá ser concedida pelo Colegiado do PPGDIR uma outra e única oportunidade de submeter-se ao mesmo.
- § 4º O aluno reprovado pela segunda vez no exame de qualificação será desligado do Curso, devendo o respectivo processo de desligamento ser remetido à Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa para cancelamento da matrícula.

CAPÍTULO VI - DA DISSERTAÇÃO E DA TESE



- **Art. 39 -** A dissertação exigida para obtenção do título de Mestre, bem como a tese para o título de Doutor, serão desenvolvidas sob orientação do professor orientador, observando o Art. 17, incisos III e IV, deste Regulamento.
- **Art. 40 -** A apresentação e defesa das dissertações ou teses dependerão de parecer prévio do professor orientador e solicitação de constituição de banca examinadora.
- **Parágrafo único -** O pedido de constituição de banca examinadora de que trata o *caput* deste artigo deverá ser acompanhado de exemplares do trabalho a ser julgado, sendo 7 (sete) no caso de dissertação e 10 (dez) no caso de tese.
- **Art. 41 -** A obtenção do título de Doutor nos termos do Art. 5º da Resolução CNE/CES Nº 01/2001 dar-se-á nos termos e critérios estabelecidos pelo Colegiado do PPGDIR.
- **Parágrafo único -** Caberá ao Colegiado do PPGDIR regulamentar o processo de inscrição e seleção dos candidatos, bem como os aspectos necessários ao balizamento das condições de admissibilidade e seus requisitos.
- **Art. 42 -** A dissertação de Mestrado será julgada por uma Banca Examinadora constituída por 3 (três) membros, todos com o título de Doutor, designados pelo Colegiado do PPGDIR mediante indicação do professor orientador, um dos quais, necessariamente, não pertencente ao Programa nem ao quadro funcional ativo da UERJ, cabendo a presidência ao professor orientador, sempre que integrar a referida Banca.
- **Art. 43 -** A tese de Doutorado será julgada por uma Banca Examinadora constituída por 5 (cinco) membros, portadores de título de Doutor, designados pelo Colegiado do PPGDIR mediante proposta do professor orientador, dois dos quais, necessariamente, não pertencentes ao Programa nem ao quadro funcional ativo da UERJ, cabendo a presidência ao professor orientador, sempre que integrar a referida Banca.
- **Art. 44 -** Serão igualmente escolhidos 2 (dois) suplentes para cada Banca Examinadora que, em caso de força maior, dela participarão, observando que um destes suplentes deverá ser externo ao Programa e ao quadro funcional ativo da UERJ.
- **Art. 45** A defesa oral da dissertação de Mestrado ou da tese de Doutorado será realizada em sessão pública na UERJ, cuja data será fixada pelo Colegiado do Programa, respeitado o prazo máximo estabelecido no Art. 29, para a duração do Curso.
- § 1º O aluno, se autorizado pelo Presidente da Banca, exporá aos examinadores o conteúdo do trabalho em prazo não superior a 20 (vinte) minutos, no



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

caso de dissertações de mestrado, e de 30 (trinta) minutos, no caso de teses de doutorado.

- § 2º Cada examinador poderá arguir o candidato por período não superior a 20 (vinte) minutos, tratando-se de dissertação de Mestrado, e por período não superior a 30 (trinta) minutos quanto à tese de Doutorado, atribuindo-lhe grau de 0 (zero) a 10 (dez), facultado ao candidato iguais prazos para resposta.
- § 3º Será considerado apto ao título de Mestre e ao título de Doutor, o candidato que obtiver na defesa pública média aritmética igual ou superior a 7 (sete).
- **§ 4º -** Excepcionalmente, a critério da unanimidade da Banca Examinadora, poderá ser atribuída ao aluno aprovado na defesa, com média igual ou superior a 9 (nove) a referência "aprovado com distinção", e com média igual 10 (dez) "aprovado com distinção e louvor".
- **Art. 46 -** Após a defesa da dissertação ou da tese, o candidato aprovado, excepcionalmente, sob condição, terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar ao professor orientador 1 (um) exemplar de seu trabalho com as alterações recomendadas pelos membros da Banca Examinadora.
- **Art. 47 -** O professor orientador emitirá parecer quanto ao atendimento das recomendações feitas pela Banca Examinadora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único - No caso de não atendimento das recomendações e/ou de inobservância do prazo de 30 (trinta) dias referido no artigo anterior, o aluno estará reprovado.

CAPÍTULO VII - DOS TÍTULOS DE MESTRE E DOUTOR

- **Art. 48 -** O aluno de Mestrado que tiver obtido aprovação na apresentação e defesa de sua Dissertação, de acordo com os critérios estabelecidos neste Regulamento e nos Mandamentos Universitários em vigor, fará jus ao título de Mestre em Direito, na área de concentração cursada.
- **Art. 49 -** O aluno de Doutorado que tiver obtido aprovação na apresentação e defesa de sua Tese, de acordo com os critérios estabelecidos neste Regulamento e nos Mandamentos Universitários em vigor, fará jus ao título de Doutor em Direito, na área de concentração cursada.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITÓRIAS

Art. 50 - São da competência do Coordenador do PPGDIR os atos necessários ao cumprimento do presente Regulamento.

UERJ &

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(continuação da Deliberação nº 061/2010)

Art. 51 - Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do PPGDIR, cabendo recurso ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, precedido de apreciação pelo Conselho Departamental da Faculdade de Direito.

ANEXO II

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGDIR)

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO PRIVADO, CIDADE E SOCIEDADE.		
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	DEPARTAMENTOS	
Teoria da Justiça	Disciplinas Básicas	
Direitos Humanos	Disciplinas Básicas	
Sociologia das Relações Jurídicas	Disciplinas Básicas	
Subtotal = 12 créditos / 180 horas		
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS POR LINHA DE PES	QUISA	
DIREITO DA CIDADE		
Políticas Públicas Urbanas	Disciplinas Básicas	
Planejamento Urbano	Disciplinas Básicas	
Direito da Cidade	Disciplinas Básicas	
DIREITO PENAL		
Direito Penal e Direitos Humanos	Direito Penal	
Direito Penal Internacional	Direito Penal	
Direito Penal e Constituição	Direito Penal	
DIREITO CIVIL		
Direito Civil-Constitucional	Direito Civil	
Direito das Relações Existenciais	Direito Civil	
Direito das Relações Patrimoniais	Direito Civil	
EMPRESA, TRABALHO E PROPRIEDADE INTELECTUAL		
Tutela Jurídica das Relações Empresariais	Direito Comercial e do Trabalho	



Relações Individuais e Coletivas do Trabalho	Direito Comercial e do Trabalho
Teoria do Direito da Propriedade Industrial	Direito Comercial e do Trabalho
TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO	
Ética e Direito	Disciplinas Básicas
Direito e Pensamento Político	Disciplinas Básicas
Epistemologia das Ciências Sociais	Disciplinas Básicas
Subtotal = 12 créditos / 180 horas	
DISCIPLINAS ELETIVAS POR LINHA DE PESQUISA	1
DIREITO DA CIDADE	
Ética e Direito	Disciplinas Básicas
Regularização Fundiária	Disciplinas Básicas
Regiões Metropolitanas	Disciplinas Básicas
Serviços Públicos e Infra-estrutura	Direito do Estado
Cidade, Globalização e Meio Ambiente	Direito do Estado
Cidade e Mercado	Disciplinas Básicas
Direito da Criança e do Adolescente no Contexto Urbano	Direito Civil
Tendências Globais de Governança Urbana	Disciplinas Básicas
Violência e Processos Sociais Urbanos	Disciplinas Básicas
Tópicos Especiais de Direito da Cidade	Disciplinas Básicas
DIREITO PENAL	
Tópicos Especiais de Direito Penal	Direito Penal
Direito da Execução Penal	Direito Penal
Política Criminal	Direito Penal
Tópicos Especiais de Medicina Legal	Direito Penal
Direito Penal Econômico	Direito Penal
Criminologia	Direito Penal
Direito Penal Ambiental	Direito Penal
História do Direito Penal	Direito Penal
DIREITO CIVIL	
Problemas da Responsabilidade Civil	Direito Civil
O Consumidor e o Mercado	Direito Civil
Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares	Direito Civil
Relações Empresariais Contemporâneas	Direito Comercial e do Trabalho
Relações Privadas e Internet	Direito Civil
Fundamentos de Direito Autoral	Direito Civil
	=



Princípios Contratuais Aplicados	Direito Civil
Teoria dos Bens	Direito Civil
Igualdade de Gênero e o Direito	Direito Civil
Tutela das Relações Familiares	Direito Civil
Biodireito e Valores Constitucionais	Direito Civil
Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do	
Direito Civil Brasileiro	Direito Civil
Estudo de Casos Controvertidos	Direito Civil
Tópicos Especiais de Direito Civil	Direito Civil

PROPRIEDADE INTELECTUAL	
Contratos de Transferência de Tecnologia, Empresarial e Correlatos	Franquia Direito Comercial e do Trabalho
Direito da Concorrência	Direito Comercial e do Trabalho
Direito Societário	Direito Comercial e do Trabalho
Economia e Trabalho	Disciplinas Básicas
Liberdade e Trabalho	Direito Comercial e do Trabalho
Teoria e Prática da Concorrência e da Con Desleal Aplicada à Propriedade Industrial	corrência Direito Comercial e do Trabalho
Direito da Empresa Comparado	Direito Comercial e do Trabalho
Relações de Trabalho no Contexto da Globali.	ação Direito Comercial e do Trabalho
Tópicos Especiais de Direito de Empresa I	Direito Comercial e do Trabalho
Tópicos Especiais de Direito de Empresa II	Direito Comercial e do Trabalho
TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO	
História do Direito	Disciplinas Básicas
Direito e Modernidade	Disciplinas Básicas
Direito e Economia	Disciplinas Básicas
Relações entre Direito, Estado e Sociedade	Disciplinas Básicas
Temas de Judicialização da Política	Disciplinas Básicas
Teoria da Argumentação Jurídica	Disciplinas Básicas
Tópicos Especiais de Teoria do Direito	Disciplinas Básicas
Tópicos Especiais de Sociologia do Direito	Disciplinas Básicas
Tópicos Especiais de Teoria da Justiça I	Disciplinas Básicas
Tópicos Especiais de Filosofia do Direito I	Disciplinas Básicas
Estudo Crítico de Autores I	Disciplinas Básicas
Mínimo a cursar = 12 créditos / 180 horas	
ATIVIDADE OBRIGATÓRIA	
Estágio Docente I	(4 créditos/60 horas) **
Grupo de Pesquisa Institucional I	(4 créditos/60 horas) ***



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

Sub-total: 12 créditos / 180 horas

Grupo de Pesquisa Institucional – Direito da Cidade

Grupo de Pesquisa Institucional – Direito Civil

Grupo de Pesquisa Institucional – Direito Penal

- ** O aluno em estágio docente será supervisionado por um professor do programa e a carga horária vinculada ao departamento a que pertença o supervisor.
- *** O aluno se inscreverá do Grupo de Pesquisa vinculado ao departamento do professor coordenador do grupo.

ANEXO III

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGDIR)

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTADO, PROC INTERNACIONAL	ESSO E SOCIEDADE
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	DEPARTAMENTOS
Teoria da Justiça	Disciplinas Básicas
Direitos Humanos	Disciplinas Básicas
Acesso à Justiça, Tutela dos Direitos Fundamentais e Jurisdição Internacional	Disciplinas Básicas
Subtotal = 12 créditos / 180 horas	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS POR LINHA DE PESQUISA	1
DIREITO PÚBLICO	
Jurisdição Constitucional	Direito do Estado
Princípios Gerais do Direito do Estado	Direito do Estado
Interpretação Constitucional	Direito do Estado
DIREITO PROCESSUAL	
Teoria do Processo	Direito Processual
Direito Processual Constitucional	Direito Processual
Novos Direitos e Novos Instrumentos de Tutela	Direito Processual
DIREITO INTERNACIONAL	
Direito da Integração	Direito do Estado
Direito Internacional Privado Contemporâneo	Direito Civil
Direito Processual Civil Internacional	Direito Processual
FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	



Direito Constitucional Financeiro Tributário	Direito do Estado
Teoria Geral do Tributo	Direito do Estado
Tributação e Políticas Públicas	Direito do Estado
Subtotal = 12 créditos / 180 horas	
DISCIPLINAS ELETIVAS POR LINHA DE PESQUISA	
DIREITO PÚBLICO	
A Administração Pública e a Constituição	Direito do Estado
Novos Paradigmas do Direito Administrativo	Direito do Estado
Direito de Regulação	Direito do Estado
Teoria da Constituição	Direito do Estado
Segurança dos Direitos Fundamentais	Direito do Estado
Sistemas Constitucionais Contemporâneos	Direito do Estado
Tópicos Especiais de Direito Público	Direito do Estado
DIREITO PROCESSUAL	
A Tutela Processual da Liberdade	Direito Processual
Direito Processual Coletivo	Direito Processual
Tópicos Especiais de Direito Processual do Trabalho	Direito Processual
Meios Alternativos de Solução de Conflitos	Direito Processual
O Direito Processual e a Jurisprudência: Estudo de Casos	Direito Processual
Direito Processual Civil Internacional	Direito Processual
A Teoria da Prova e o Processo	Direito Processual
Tópicos Especiais de Direito Processual	Direito Processual
Direito Processual Comparado	Direito Processual
DIREITO INTERNACIONAL	
Teoria das Relações Internacionais	Direito do Estado
Teoria das Organizações Internacionais	Direito do Estado
Direito do Comércio Internacional	Direito Comercial
Direito Internacional do Comércio	Direito do Estado
Direito Ambiental Internacional	Direito do Estado
Direito Internacional dos Direitos Humanos	Direito do Estado
Direito Internacional Penal	Direito do Estado
Arbitragem Comercial Internacional	Direito Civil
Tópicos de Direito Processual Civil Internacional	Direito Processual
A Indústria Internacional do Petróleo: Aspectos Gerais	Disciplinas Básicas
Direito Internacional do Petróleo, Gás e Energia	Direito do Estado
Direito Internacional e Petróleo	Direito do Estado
O Direito Internacional Público Contemporâneo	Direito do Estado
Tópicos de Direito Internacional do Petróleo	Direito do Estado



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

Geo-Política e Direito Internacional	Direito do Estado	
Direito Internacional da Propriedade Intelectual	Direito Civil	
Direito Tributário Internacional	Direito do Estado	
Tópicos Especiais de Direito Internacional	Direito do Estado	
FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO	E	
DESENVOLVIMENTO		
Direito Orçamentário	Direito do Estado	
Relação Jurídica Tributária	Direito do Estado	
Federalismo Fiscal	Direito do Estado	
Planejamento Tributário e Direito Privado	Direito do Estado	
Tributação da Renda e do Patrimônio	Direito do Estado	
Tributação Internacional	Direito do Estado	
Soluções Administrativas e Judiciais de Conflitos Tributár	ios Direito do Estado	
Vigência, Interpretação e Aplicação da Lei Tributária	Direito do Estado	
Tópicos Especiais de Direito Financeiro e Tributário	Direito do Estado	
Mínimo a cursar = 12 créditos / 180 horas		
ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS		
Estágio Docente I (4 créditos/60 h	oras) **	
Grupo de Pesquisa Institucional I (4 créditos/60 h	oras) ***	
Seminário de Pesquisa e Orientação I (4 créditos/60 h	oras)	
Sub-total = 12 créditos / 180 horas		

INTEGRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO		
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	24 CRÉDITOS / 360 HORAS	
DISCIPLINAS ELETIVAS	12 CRÉDITOS / 180 HORAS	
ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS	12 CRÉDITOS / 180 HORAS	
TOTAL MÍNIMO DE CRÉDITOS	48 CRÉDITOS / 720 HORAS	

Obs.: Todas as disciplinas, assim como cada uma das atividades obrigatórias, correspondem a 4 créditos (60 horas) .

Grupo de Pesquisa Institucional – Direito Internacional

Grupo de Pesquisa Institucional – Direito Processual

Grupo de Pesquisa Institucional – Direito Público

- ** O aluno em estágio docente será supervisionado por um professor do programa e a carga horária vinculada ao departamento a que pertença o supervisor.
- *** O aluno se inscreverá do Grupo de Pesquisa vinculado ao departamento do professor coordenador do grupo.



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

ANEXO IV

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGDIR)

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE DOUTORADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:TRANSFORMAÇÕES CIDADE E SOCIEDADE.	DO DIREITO PRIVADO,
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	DEPARTAMENTOS
Filosofia e Sistemas do Pensamento Jurídico	Disciplinas Básicas
Direito Comparado e Relações Sociais	Disciplinas Básicas
Subtotal = 8 créditos / 120 horas	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS POR LINHA DE PESQU	ISA
DIREITO DA CIDADE	
Direito Ambiental	Direito do Estado
DIREITO PENAL	
Conduta Imputável e Modelos Teóricos do Delito	Direito Penal
DIREITO CIVIL	
Teoria da Interpretação e Relações Privadas	Direito Civil
EMPRESA, TRABALHO E PROPRIEDADE INTELECTUAL	
Empresa, Estado e Sociedade	Direito Comercial e do Trabalho
TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO	
Teoria da Justiça	Disciplinas Básicas
Subtotal = 4 créditos / 60 horas	
DISCIPLINAS ELETIVAS POR LINHA DE PESQUISA	



Ética e Direito Regularização Fundiária Regilões Metropolitanas Serviços Públicos e Infra-estrutura Cidade, Globalização e Meio Ambiente Cidade e Mercado Direito da Criança e do Adolescente no Contexto Urbano Tendências Globais de Governança Urbana Violência e Processos Sociais Urbanos Tópicos Especiais de Direito da Cidade Direito da Estado Direito do Estado Direito Denal Direito da Estado Direito Denal Direito da Estado Direito Denal Direito da Estado Direito Penal Direito da Estado Direito Penal Direito Denal Direito Penal Direito Ga Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Econômico Criminología Direito Penal Ambiental História do Direito Penal DIREITO CIVIL Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil Direito Civil Direito Civil Direito Civil Direito Civil Direito Civil	DIREITO DA CIDADE	
Regularização Fundiária Regiões Metropolitanas Serviços Públicos e Infra-estrutura Cidade, Globalização e Meio Ambiente Cidade e Mercado Direito da Criança e do Adolescente no Contexto Urbano Tendências Globais de Governança Urbana Violência e Processos Sociais Urbanos Tópicos Especiais de Direito da Cidade Direito Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Ambiental História do Direito Penal Direito Penal Ambiental História do Direito Penal Direito Penal Direito Penal Ambiental História do Direito Penal Direito Penal Poles Especiais Contemporâneas Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Direito Civil	<u> </u>	Disciplinas Básicas
Regiões Metropolitanas Serviços Públicos e Infra-estrutura Cidade, Globalização e Meio Ambiente Cidade e Mercado Direito da Criança e do Adolescente no Contexto Urbano Tendências Globais de Governança Urbana Violência e Processos Sociais Urbanos Tópicos Especiais de Direito da Cidade Direito Penal Direito da Execução Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Econômico Criminología Direito Penal Ambiental História do Direito Penal Direito Civil	Regularização Fundiária	•
Serviços Públicos e Infra-estrutura Cidade, Globalização e Meio Ambiente Cidade e Mercado Direito da Criança e do Adolescente no Contexto Urbano Tendências Globais de Governança Urbana Violência e Processos Sociais Urbanos Tópicos Especiais de Direito da Cidade Direito Denal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Econômico Criminologia Direito Penal Ambiental História do Direito Penal Direito Civil		•
Cidade, Globalização e Meio Ambiente Cidade e Mercado Direito da Criança e do Adolescente no Contexto Urbano Tendências Globais de Governança Urbana Violência e Processos Sociais Urbanos Tópicos Especiais de Direito da Cidade Direito PENAL Tópicos Especiais de Direito Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Econômico Criminologia Direito Penal Ambiental História do Direito Penal DIREITO CIVIL Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil		•
Cidade e Mercado Direito da Criança e do Adolescente no Contexto Urbano Tendências Globais de Governança Urbana Violência e Processos Sociais Urbanos Tópicos Especiais de Direito da Cidade DIREITO PENAL Tópicos Especiais de Direito Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Econômico Criminologia Direito Penal Direito Civil Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil Direito Civil Direito Civil Direito Civil Direito Civil Direito Civil	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Direito da Criança e do Adolescente no Contexto Urbano Tendências Globais de Governança Urbana Violência e Processos Sociais Urbanos Tópicos Especiais de Direito da Cidade DIREITO PENAL Tópicos Especiais de Direito Penal Direito da Execução Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Direito Penal Econômico Criminologia Direito Penal Ambiental História do Direito Penal DIREITO CIVIL Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil		
Urbano Tendências Globais de Governança Urbana Violência e Processos Sociais Urbanos Tópicos Especiais de Direito da Cidade DIREITO PENAL Tópicos Especiais de Direito Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Direito Penal Econômico Criminologia Direito Penal Ambiental História do Direito Penal DIREITO CIVIL Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil		·
Violência e Processos Sociais Urbanos Tópicos Especiais de Direito da Cidade DIREITO PENAL Tópicos Especiais de Direito Penal Direito Sespeciais de Direito Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Direito Civil		Direito Civil
Tópicos Especiais de Direito da Cidade DIREITO PENAL Tópicos Especiais de Direito Penal Direito da Execução Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Direito Civil	Tendências Globais de Governança Urbana	Direito do Estado
DIREITO PENAL Tópicos Especiais de Direito Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Direito Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil	Violência e Processos Sociais Urbanos	Direito Penal
Tópicos Especiais de Direito Penal Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Direito Civil Direito Comercial e do Trabalho Direito Civil	Tópicos Especiais de Direito da Cidade	Disciplinas Básicas
Direito da Execução Penal Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Econômico Criminologia Direito Penal Ambiental História do Direito Penal DIREITO CIVIL Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Direito Civil Direito Penal Direito Civil	DIREITO PENAL	
Política Criminal Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Econômico Criminologia Direito Penal Ambiental Direito Penal Direito Civil	Tópicos Especiais de Direito Penal	Direito Penal
Tópicos Especiais de Medicina Legal Direito Penal Econômico Criminologia Direito Penal Ambiental Direito Penal Direito Civil	Direito da Execução Penal	Direito Penal
Direito Penal Econômico Criminologia Direito Penal Ambiental Direito Penal Direito Civil	Política Criminal	Direito Penal
Criminologia Direito Penal Ambiental História do Direito Penal DIREITO CIVIL Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil	Tópicos Especiais de Medicina Legal	Direito Penal
Direito Penal Ambiental História do Direito Penal DIREITO CIVIL Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil	Direito Penal Econômico	Direito Penal
História do Direito Penal DIREITO CIVIL Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil	Criminologia	Direito Penal
DIREITO CIVIL Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil	Direito Penal Ambiental	Direito Penal
Problemas da Responsabilidade Civil O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil	História do Direito Penal	Direito Penal
O Consumidor e o Mercado Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil	DIREITO CIVIL	
Vulnerabilidade da Pessoa Humana e Relações Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil	Problemas da Responsabilidade Civil	Direito Civil
Familiares Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Comercial e do Trabalho Direito Civil	O Consumidor e o Mercado	Direito Civil
Relações Empresariais Contemporâneas Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Trabalho Direito Civil	,	Direito Civil
Relações Privadas e Internet Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil		
Fundamentos de Direito Autoral Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil Direito Civil Direito Civil Direito Civil Direito Civil		
Princípios Contratuais Aplicados Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil Direito Civil Direito Civil Direito Civil		
Teoria dos Bens Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil Direito Civil Direito Civil		
Igualdade de Gênero e o Direito Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil Direito Civil		Direito Civil
Tutela das Relações Familiares Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil Direito Civil	Teoria dos Bens	Direito Civil
Biodireito e Valores Constitucionais Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil		
Introdução Histórico-Metodológica ao Ensino do Direito Civil Brasileiro Direito Civil	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Civil Brasileiro Direito Civil		Direito Civil
		Direito Civil
	Estudo de Casos Controvertidos	Direito Civil
Tópicos Especiais de Direito Civil Direito Civil	Tópicos Especiais de Direito Civil	
2 I Shoke Sivii		Bilotto Olvii
EMPRESA, TRABALHO E PROPRIEDADE	EMPRESA, TRABALHO E PROPRIEDADE	



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

INTEL FOTUAL		
INTELECTUAL		
Contratos de Transferência de Tecnologia,	Franquia Direito Comercial e do Trabalho	
Empresarial e Correlatos Direito da Concorrência	Direito Comercial e do Trabalho	
Direito da Concorrencia Direito Societário	Direito Comercial e do Trabalho	
Economia e Trabalho	Disciplinas Básicas	
Liberdade e Trabalho	Direito Comercial e do Trabalho	
Teoria e Prática da Concorrência e da Concorrênci	ia Desleal Direito Comercial e do Trabalho	
Aplicada à Propriedade Industrial	Direito Comercial e do Trabalho	
Direito da Empresa Comparado	Direito Comercial e do Trabalho	
Relações de Trabalho no Contexto da Globalização	Direito Comercial e do Trabalho	
Tópicos de Direito de Empresa	Direito Comercial e do Trabalho	
Tópicos Especiais	Direito Comercial e do Trabalho	
TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO		
História do Direito	Disciplinas Básicas	
Direito e Modernidade	Disciplinas Básicas	
Direito e Economia	Disciplinas Básicas	
Relações entre Direito, Estado e Sociedade	Disciplinas Básicas	
Temas de Judicialização da Política	Disciplinas Básicas	
Teoria da Argumentação Jurídica	Disciplinas Básicas	
Tópicos Especiais de Teoria do Direito	Disciplinas Básicas	
Tópicos Especiais de Sociologia do Direito	Disciplinas Básicas	
Tópicos Especiais de Teoria da Justiça II	Disciplinas Básicas	
Tópicos Especiais de Filosofia do Direito II	Disciplinas Básicas	
Estudo Crítico de Autores II	Disciplinas Básicas	
Mínimo a cursar = 24 créditos / 360 horas		
ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS		
Estágio Docente II (4 cré	editos) **	
Estágio Docente III (4 cré	editos) **	
Grupo de Pesquisa Institucional II (4 cré	(4 créditos) ***	
Grupo de Pesquisa Institucional III (4 cré	ditos) ***	
Seminário de Pesquisa e Orientação II	(4 créditos)	
Seminário de Pesquisa e Orientação III	(4 créditos)	
24 créditos / 360 horas		

Grupos de Pesquisa Institucional II e III – Direito da Cidade

Grupos de Pesquisa Institucional II e III – Direito Civil

Grupos de Pesquisa Institucional II e III – Direito Penal

** O aluno em estágio docente será supervisionado por um professor do programa e a carga horária vinculada ao departamento a que pertença o supervisor.



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

*** O aluno se inscreverá do Grupo de Pesquisa vinculado ao departamento do professor coordenador do grupo.

ANEXO V

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PPGDIR)

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE DOUTORADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTADO, PR INTERNACIONAL	OCESSO E SOCIEDADE		
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	DEPARTAMENTOS		
Filosofia e Sistemas do Pensamento Jurídico	Disciplinas Básicas		
Teoria do Estado de Direito	Disciplinas Básicas		
Subtotal = 8 créditos / 120 horas			
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS POR LINHA DE PESQUISA			
DIREITO PÚBLICO			
Filosofia Constitucional	Direito do Estado		
DIREITO PROCESSUAL			
Novas Tendências do Processo Contemporâneo	Direito Processual		
DIREITO INTERNACIONAL			
Princípios Fundamentais do Direito Internacional	Direito do Estado		
FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO			
Ética Fiscal	Direito do Estado		
Subtotal = 4 créditos / 60 horas			
DISCIPLINAS ELETIVAS POR LINHA DE PESQUISA			
DIREITO PÚBLICO			
Teoria Geral do Tributo	Direito do Estado		



Tributação e Políticas Públicas	Direito do Estado
Direito Constitucional Financeiro e Tributário	Direito do Estado
A Administração Pública e a Constituição	Direito do Estado
Novos Paradigmas do Direito Administrativo	Direito do Estado
Direito de Regulação	Direito do Estado
Teoria da Constituição	Direito do Estado
Segurança dos Direitos Fundamentais	Direito do Estado
Sistemas Constitucionais Contemporâneos	Direito do Estado
Tópicos Especiais de Direito Público	Direito do Estado
DIREITO PROCESSUAL	
A Tutela Processual da Liberdade	Direito Processual
Direito Processual Coletivo	Direito Processual
Tópicos Especiais de Direito Processual do Trabalho	Direito Processual
Meios Alternativos de Solução de Conflitos	Direito Processual
O Direito Processual e a Jurisprudência: Estudo de	Direito Processual
Casos	
Direito Processual Civil Internacional	Direito Processual
A Teoria da Prova e o Processo	Direito Processual
Tópicos Especiais de Direito Processual	Direito Processual
Direito Processual Comparado	Direito Processual
DIREITO INTERNACIONAL	
Teoria das Relações Internacionais	Direito do Estado
Teoria das Organizações Internacionais	Direito do Estado
Direito do Comércio Internacional	Direito Comercial
Direito Internacional do Comércio	Direito do Estado
Direito Ambiental Internacional	Direito do Estado
Direito Internacional dos Direitos Humanos	Direito do Estado
Direito Internacional Penal	Direito do Estado
Arbitragem Comercial Internacional	Direito Civil
Tópicos de Direito Processual Civil Internacional	Direito Processual
A Indústria Internacional do Petróleo: Aspectos Gerais	Disciplinas Básicas
Direito Internacional do Petróleo, Gás e Energia	Direito do Estado
Direito Internacional e Petróleo	Direito do Estado
O Direito Internacional Público Contemporâneo	Direito do Estado
Tópicos de Direito Internacional do Petróleo	Direito do Estado
Geo-Política e Direito Internacional	Direito do Estado
Direito Internacional da Propriedade Intelectual	Direito Civil
Direito Tributário Internacional	Direito do Estado
Tópicos Especiais de Direito Internacional	Direito do Estado
·	



(continuação da Deliberação nº 061/2010)

FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUT DESENVOLVIMENTO	AÇÃO E	
Direito Orçamentário		Direito do Estado
Relação Jurídica Tributária		Direito do Estado
Federalismo Fiscal		Direito do Estado
Planejamento Tributário e Direito Privado		Direito do Estado
Tributação da Renda e do Patrimônio		Direito do Estado
Tributação Internacional		Direito do Estado
Soluções Administrativas e Judiciais	de Conflitos	
Tributários		Direito do Estado
Vigência, Interpretação e Aplicação da Lei	Tributária	Direito do Estado
Tópicos Especiais de Direito Financeiro e	Tributário	Direito do Estado
Mínimo a cursar = 24 créditos / 360 horas		
ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS		
Estágio Docente II	(4 créditos)	**
Estágio Docente III	(4 créditos)	**
Grupo de Pesquisa Institucional II	(4 créditos)	***
Grupo de Pesquisa Institucional III	(4 créditos)	***
Seminário de Pesquisa e Orientação II	(4 créditos)	
Seminário de Pesquisa e Orientação III	(4 créditos)	
24 créditos / 360 horas	·	

INTEGRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DO CURSO DE DOUTORADO		
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	12 CRÉDITOS / 180 HORAS	
DISCIPLINAS ELETIVAS	24 CRÉDITOS / 360 HORAS	
ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS	24 CRÉDITOS / 360 HORAS	
TOTAL MÍNIMO DE CRÉDITOS	60 CRÉDITOS / 900 HORAS	

Todas as disciplinas do Curso correspondem a 4 créditos/60 horas.

Grupos de Pesquisa Institucional II e III – Direito Internacional

Grupos de Pesquisa Institucional II e III – Direito Processual

Grupos de Pesquisa Institucional II e III – Direito Público

- ** O aluno em estágio docente será supervisionado por um professor do programa e a carga horária vinculada ao departamento a que pertença o supervisor.
- *** O aluno se inscreverá do Grupo de Pesquisa vinculado ao departamento do professor coordenador do grupo.